

J. S. DA SILVA ROSA: *GESCHIEDENIS DER PORTUGEEESCHE JODEN TE AMSTERDAM*. Amsterdam, 1925. XVI e 192 pág.

O JUDAISMO peninsular, que no domínio do pensamento produziu as duas figuras excelsas da raça nos tempos modernos, Maimonides e Bento Espinosa, perdeu a supremacia quando extirpado do solo natal. Não se pode supor fôsse a causa a mudança de clima e de ambiente geográfico; mas evidentemente a transplantação facilitou a decadência do seu génio, ao passo que circunstâncias diversas lhe arrebataram a primazia na representação da casta. Longe vai a época em que Isaac Pinto, orgulhoso da procedência hispânica, rejeitava a parecença com os correligionários da Europa oriental, que êle e os judeus franceses, de origem peninsular, consideravam a plebe da raça, e dos quais se apartavam com asco. Hoje o desprezado Askenasi é o que domina o mundo da finança, o que ocupa as altas situações políticas, o que nas letras, nas sciências e nas artes campeia, enquanto o sefardi aristocrata se apaga e descai na mediocridade.

É sabido quanto a grande guerra fêz ganhar ao judaismo. O influxo da raça cresceu em tôda a parte, e, por compromisso de uma nação, em que o sentimento religioso é vivaz, com o primeiro argentário israelita, o túmulo do crucificado Nazareno, por cuja posse tanto sangue cristão se derramou na Idade Média, acha-se entregue à guarda daqueles que na imaginação popular representam os algozes. Paradoxo singular da política, triunfo soberbo de que nenhum coração hebreu deixará de experimentar a volúpia. E, para cúmulo desta, judeu foi o primeiro governador nomeado para a nova Palestina.

Agora, se as lamentações de quási vinte séculos pela Sião perdida eram mais que uma fórmula litúrgica, de que com o tempo se perdeu o objecto, as aspirações de Israel estão cumpridas; e a saudação que na véspera de Páscoa, em cada lar judaico, se pronunciava: *Para o ano em Jerusalém!* perdeu a razão de ser. Para o ano, êste ano e todos os anos! Já o povo, que se dizia em perpétuo exílio, tem pátria sua, e poderá constituir uma nacionalidade determinada por limites geográficos. Como Balfour prometeu a Rothschild, a nação judaica tem na Palestina o seu lar. Na terra antiga, prometida por Deus aos antepassados, e de que a tirania dos homens os tinha esbulhado, o judeu reside agora por direito próprio. Em Jerusalém êle é cidadão, qualquer que seja a parte da terra de onde ali concorra. Sôbre o Monte das Oliveiras, onde chorou Jesus, doze pedras, símbolo das tribus de Israel, foram o primeiro alicerce da Universidade, já inaugurada, que tem de ser, na ideia

## BIBLIOGRAFIA

dos fundadores, o principal foco da cultura hebraica. A língua sacra, em que o criador do mundo falou a Moisés no Sinai, ressuscita, escrita e falada na vida ordinária. Desta arte, preenchidos os anelos, que a nação proscrita, através dos séculos, tem incessantemente afirmado, resta-lhe somente, para remate dos seus destinos, reedificar o templo no lugar primitivo, depois aguardar o Messias. O milagre, esperado sempre, e afinal, ao que parece pelos efeitos, só de poucos desejado, fê-lo na Inglaterra, pela mão do político amigo o banqueiro milionário.

A Portugal, alheio na época presente aos conflitos que em outros países suscita uma minoria dotada de forte individualidade, e unida como em confraria, o que pode interessar no judaísmo é a sua história. E justificadamente, porque um notável capítulo dela, nos tempos modernos, teve suas raízes entre nós.

Os judeus mais ou menos integrados na civilização ocidental separam-se em três grandes famílias, segundo a língua que ainda falam, ou que falavam antes de suas migrações: judeus espanhóis no Levante, judeus portugueses em Holanda, França e Inglaterra, uns e outros de origem comum, e consistindo a distinção no idioma predominante, sem importar a naturalidade; por fim a família mais numerosa dos judeus tudescos, provenientes da Rússia, Polónia ou Alemanha, espalhados por todo o mundo, e cuja língua é um alemão bárbaro, inçado de vocábulos e modismos hebraicos.

A Holanda, que foi o sítio preferido de refúgio dos judeus portugueses, continua a ser o centro de cultura dêste ramo da raça. O idioma dos tempos da imigração perdeu-se, e só permanece nos apelidos de antigas famílias, para as quais são diploma de aristocracia entre os seus; em certas fórmulas rituais, e em algumas, poucas, frases de uso familiar. Mas, no intuito de manterem aquela superioridade, de que se jactavam nos séculos xvii e xviii seus maiores, os judeus de Holanda folgam de mostrar que possuem anais e história própria, quando não podem fazer outro tanto os correligionarios tudescos, triunfantes hoje, mas cujos pergaminhos datam de gerações próximas.

É do ano passado a *História dos judeus portugueses em Amsterdam* (em língua neerlandesa), de que o autor usa o nome bem português de Silva Rosa, e onde abundam informações sôbre a existência da comunidade, desde que, no fim do século xvi, a primeira turma de emigrantes saídos de Portugal se estabeleceu em Holanda. Na verdade a história é mais da sinagoga portuguesa que prôpriamente da colónia hebraica; mas sem que por tal seu valor mingüe, pois, para o judeu verdadeiro, a vida religiosa é tudo, e foi em tórno da sinagoga que a comunidade judaica se formou e desenvolveu, se agitou e

## LUSITANIA

adquiriu a importância social que desfruta ainda agora. Além do que, não faltam no livro interessantes particularidades, somente acessíveis nos arquivos da sinagoga. Para os factos estranhos ao culto e suas dependências, a *História* de Koenen, publicada em 1843 (*Geschiedenis der Joden in Nederland*), foi a principal fonte onde bebeu o autor, e esta continua a ser na especialidade a obra fundamental. Em todo o caso as duas se completam, e ambas, com as achêgas das monografias utilizadas por Silva Rosa, entre as quais o estudo importante do Dr. Mendes dos Remédios *Judeus portugueses em Amsterdam*, nos dão em conjunto o que há de essencial na história dos judeus de Holanda.

Em 1593 ali se foram estabelecer os primeiros emigrantes da Península, e uma tradição romântica, como convém a um povo de idealistas, embeleza as memórias dêste novo Êxodo. Apresado o barco, onde iam os fugitivos, por um corsário, e conduzido a Inglaterra, a judia Maria Nunes, na flor da juventude, deslumbra pela formosura a quantos se lhe acercam. O encanto abrange a côrte, e a Rainha Isabel passeia a beldade em Londres, no seu côche, a-fim-de mostrá-la ao povo. Um duque pretende desposá-la, mas a filha de Israel rejeita honras e riqueza, e aspira somente a ver-se em Holanda, onde poderá render preito ao Criador segundo a sua fé. Libertos de Inglaterra, transportam-se os emigrantes a Emden, de lá a Amsterdam. A razão por que tinham escolhido as Províncias Unidas de preferência a outras terras do Norte diz-nos o autor: Inglaterra, desde 1290, vedava a entrada aos judeus; França desde 1394; na Alemanha não lhes pareciam favoráveis nessa época as condições da existência; só a Holanda, terra de liberdade e de florescente comércio, lhes correspondia aos propósitos.

Em Emden os refugiados tinham casualmente encontrado a dois judeus tudescos, que os guiaram à cidade do Amstel; e foram êsses os que os iniciaram nas práticas mosaicas, pois nenhum conhecia a língua hebraica, nem a Bíblia, nem se não poucos dos preceitos minuciosos que constituem a Lei.

As primeiras reuniões culturais, posto-que toleradas, tiveram de ser clandestinas, e só mais tarde houve realmente sinagoga. Esta, com o número de fiéis obrigatório, dez pelo menos, inaugurou-se em 1597, no dia primeiro do ano israelita, e tomou o nome de *Casa de Jacob*. Um dos tudescos de Emden presidia às reuniões, lia e explicava a Bíblia; o outro circuncidava, e por espaço de vinte e sete anos, até à sua morte, em 1620, imprimiu em 930 indivíduos o signo da aliança de Israel com o seu Deus. Se soubéssemos em quantos recém-nascidos, poderíamos avaliar a intensidade da imigração neste período. Dentro em pouco, diz-nos o autor, contavam-se já 400 famílias,

## BIBLIOGRAFIA

de que 300 viviam em casa própria. A informação é tomada certamente de um escrito do conhecido correligionário Manassés-ben-Israel, e deve portanto corresponder a cêrca de 1615. Seriam assim mais ou menos duas mil almas, mas é necessário ter em atenção que nessa época o número não representava sòmente os adventícios, e haveria muitos já nascidos na terra da liberdade.

Esta gènte nem sempre sabia viver em paz na sua nova pátria. O judeu ama a controvérsia; é por índole intolerante e não lhe repugna a violência, como assaz mostram a sua religião e a sua história. Esta feição do carácter não se lhes havia perdido nos cruzamentos, e agora, dissipada a timidez a que, na terra de origem, a opressão os forçava, davam larga ao instinto pugnaz. Entre êles eram freqüentes as desordens, puxavam armas, e os magistrados, para fazer respeitado o sossêgo público, tiveram de recorrer aos superiores da sinagoga. Veja-se o documento respectivo ao caso, no livro do Dr. Mendes dos Remédios.

O temperamento disputador afirmava-se também no recinto, que se desejaria sereno, da oração. Os marranos idos de Espanha não se entendiam bem com os correligionários portugueses, e em 1608 estabeleceram-se em sinagoga separada. Passados dez annos, a scisão deu-se entre os portugueses, abrindo terceiro templo os dissidentes. Assim ficaram até que, em 1639, se realizou novamente a junção. Todos os da nação espanhola e portuguesa, consoante se designavam, se reüniram como antes em uma só congregação e um só lugar de culto; e, para evitar se repetissem as scisões, inseriram no estatuto a pena do anátema, contra quem tentasse quebrar a restabelecida unidade. Os correligionários de origem diferente não eram admitidos, e só com licença especial da Mesa dirigente podiam participar nos actos cultuais.

Neste tempo haviam rompido na comunidade dissensões graves por motivos doutrinários. Aqueles mesmos que, para terem a liberdade de consciência, se tinham exilado, recusavam agora aos companheiros essa mesma liberdade, e, se possível fòsse, teriam estabelecido para uso próprio uma Inquisição judaica. O anátema, o *Herem* terrível, pronunciado contra o rebelde, equivalia à morte moral. Apartado por sentença da comunhão religiosa, experimentava o abandono de conhecidos, de amigos e até da família, por imposição da sinagoga. Leproso espiritual, ninguém devia prestar-lhe o menor auxílio, ninguém dirigir-lhe a palavra a não ser para o injuriar. Quem tivesse bens dêle em seu poder não era em consciência obrigado à restituição. Concebe-se o horror da situação para quem, em país estranho, ignorante da língua, desconhecido aos naturais, e só vivendo no apertado círculo dos da sua raça, se via como que repellido da sociedade dos homens; e, privado de voltar

## LUSITANIA

à pátria, aonde quer que tentasse ir, igual ódio, igual desprezo havia de encontrar em tôda a parte. Tal foi o fado do infeliz Uriel ou Gabriel da Costa, que, traído pelos parentes, reduzido à indigência, perseguido e vilipendiado, só pôs têrmo a seus infortúnios mediante o suicídio. Nem se descuidaram os fanáticos da sinagoga de o denunciar por ateu à justiça civil, para que também esta o punisse.

Pena semelhante proferiram contra Espinosa, mas êsse, mais forte de ânimo, nado e criado em Holanda, não teve dificuldade em romper os laços que o prendiam à gente da sua grei, e dela definitivamente se afastou, encedando na vida outro curso, para tranqüilidade sua, e honra da intelligência humana. Ainda assim, por segurança, teve de sair de Amsterdam, onde os inquisidores judeus prevaleciam, qual tinham feito estes mesmos, anteriormente, deixando a Península, para fugirem a outra perseguição. Já antes o ódio de seita tinha armado contra êle o braço de um fanático. O atentado, que Graetz, o historiador clássico do judaismo, não quis ocultar, pareceu talvez ao correligionário Silva Rosa por demais condenável para que em sua obra o mencionasse.

O tempo era realmente de heterodoxias. Outro dissidente, Daniel de Prado ou doutor João de Prado, oriundó de Espanha, de igual maneira mereceu a maldição da sinagoga; esta, porém, moderando as fúrias, instruída talvez pela experiência, e desejosa de abafar o escândalo das repetidas apostasias, preferiu lançar mão dos meios brandos, e ofereceu ao dissidente dar-lhe os meios de se transportar a alguma das colónias neerlandesas da América, o que êle não aceitou, exigindo lhe fôsse levantada prèviamente a excomunhão. A tanto não chegou a complacência dos rabinos, e Daniel de Prado, mais apto para a luta que o desditoso Uriel, retirou-se então para Antuérpia, onde tinha a sociedade dos cristãos seus conterrâneos, e o poder da casta era menos pronunciado.

Se na colónia israelita havia os heréticos, em compensação apareciam logo os escritores prontos a dar batalha ao êrro. Contra Prado compôs Isaac Orobio de Castro, médico, natural de Bragança, uma *Epistola invectiva*, muito aplaudida dos seus; outro médico, o doutor Samuel da Silva, — dêste se ignora a naturalidade —, tinha escrito, em resposta a Uriel, o *Tratado da immortalidade da alma*. A nenhuma destas obras faltam as injúrias usuais nas polémicas por motivo religioso. Médico igualmente era Jacob de Andrade Velosino, nascido ao que parece em Pernambuco, o qual, em um livro chamado *O teólogo religioso*, pretendeu refutar o *Tratado Teológico Politico* de Espinosa. Também contra êste escreveu Orobio de Castro; esforço frívolo de um dogmatismo presunçoso, porque o filósofo pairava em regiões inacessi-

## BIBLIOGRAFIA

veis a tais contendores, e nem argumentos nem ultrajes podiam menoscabar a sua obra.

Muito teve que fazer em Portugal a Inquisição com os médicos cristãos novos, e no século xvii grande era o número dêles refugiados em Holanda. Abraão Zacuto, Zacuto Lusitano chamado, foi o mais notável e pode dizer-se que o único notável. Êsse, que teve fama entre os naturais do país, visitava os doentes acompanhado de um intérprete. A lista de nomes que nos dá Silva Rosa é considerável, e, como judiciosamente faz notar, não haveria na comunidade portuguesa clientes para todos. Por essa razão tinham ócios, e não admira que, sendo êles, além dos rabinos, os intelectuais da colônia, se consagrassem à teologia, atracção máxima da psique de Israel. Muitos dêles publicaram escritos de assunto religioso.

Sabido o espírito predominante entre os refugiados, e conhecidas as tendências supersticiosas dêle inseparáveis, não estranharemos que Sebatai Tsebi, o impostor levantino, que em Smirna, no ano de 1666, se revelou por Messias, tivesse em Holanda multidão de adeptos. A mesma situação de exilados, como tais se considerando ainda aqueles que nascidos na terra o não eram; o quasi prodígio de se verem reintegrados totalmente no uso da sua fé, lhes dispunha os ânimos para aceitarem a idea da redenção imediata, e do final triunfo, que as profecias asseguram ao povo escolhido do Senhor. Tôdas as melhores cabeças de entre os fiéis da Toura, os rabinos doutos no Talmud, os medicastros teólogos, se enlevaram na expectação dos acontecimentos grandiosos, com que se transformaria o universo; e na esteira dêles os sectários humildes, observantes ignaros dos ritos. O fervor religioso cresceu por essa época, e as imprensas hebraicas mal podiam cumprir as encomendas dos livros de orações, muitos dêles providos da imagem de Sebatai, rodeada de attributos messiânicos. Nomearam-se portadores que levassem à Síria uma mensagem de obediência assinada pelos notáveis. Reuniram-se fundos para as oferendas. Nisto constou que o Messias, prometendo prodígios em Constantinopla, e convencido de impostura, se tinha feito maometano para salvar a vida. A princípio não deram os entusiastas crédito à nova; mais tarde não quiseram convir no desengano, para não serem escarnecidos. Deu isto lugar a novas discórdias na sinagoga, onde uns pretendiam abolir certas praxes, estabelecidas em honra do Messias, outros conservá-las, para não desgostar os adeptos, pertinazes na boa fé. Os do segundo parecer, desatendidos, afastaram-se da congregação, sem todavia, por medo do anátema, cuidarem de fundar outra. Ao cabo de algum tempo, reconciliados, regressaram à casa comum.

Entretanto medrava em Amsterdam a comunidade israelita, e foi resolvido

## LUSITANIA

edificar outro templo, de dimensões vastas e certa magnificência. Em 1675 inaugurou-se com solenidade a sinagoga hoje existente, rica de adornos e ampla, que poderá conter 1200 pessoas.

O comércio tinha enriquecido a muitos da colónia, e a fama desta opulência excedia ainda a realidade. Com a riqueza aumentava o influxo social, e quando foi da paz de Munster, em 1648, em seguida à guerra de trinta anos, os judeus cuidaram de ser incluídos no tratado. Requereram por isso a aplicação do artigo 4.º, segundo o qual os súbditos de cada um dos Estados beligerantes poderiam entrar, residir e traficar nos territórios de qualquer dos outros, sendo-lhes assim permitido, como súbditos das Províncias Unidas, regressarem à Espanha. Menos poderosos que os correligionários de agora, para cujo favor se introduziram no tratado de Versalhes artigos especiais, não conseguiram o seu intento. De Madrid responderam que a expulsão dos judeus tinha sido muitos anos antecedente à guerra, e não havia portanto motivo para se cogitar dêles no tratado.

Não se julgue todavia que todos os judeus de Holanda eram milionários. Grande número dêles chegavam em completa penúria, exerciam misteres humildes, viviam da beneficência dos do seu credo. O maior encargo pesava no cofre da sinagoga, alimentado pelos fiéis; mas além disso várias sociedades existiam, consagradas a fins caritativos. Podem ver-se os nomes na lista das associações judaicas, que insere o Dr. Mendes dos Remédios no seu já citado estudo. Aí vemos que a sociedade dos *Protectores dos pobres*, instituída em 1625, sustentava em 1647 a mais de 700 necessitados. Um relatório do século XVIII, elaborado pelo famoso Isaac Pinto, diz-nos que em 1647 a sinagoga socorria 114 famílias, e que em 1743 subia o número a perto de 800. Com o desenvolvimento da colónia em população alastrava o pauperismo. É verdade que, nesta época, o contingente dos judeus miseráveis da Polónia, que já então invadiam o Ocidente, devia contribuir de modo considerável para aumentar os encargos. A crise agravou-se por tal forma que anos adiante foi tomada a resolução de transportar os indigentes para as colónias da América. Surinam, onde a população judaica era numerosa e próspera, pareceu o sítio preferível. Mas os beneficiados não manifestavam empenho maior em trocar a Holanda pela América, do que actualmente outros manifestam em trocar Londres, Paris ou Nova-York por Jerusalém. Recebiam o viático e deixavam-se ficar. Tornou-se necessário intervir o poder civil, e em Janeiro de 1760 os dirigentes da sinagoga alcançavam dos magistrados ordem para serem presos todos aqueles indivíduos da nação portuguesa, que recebendo dinheiro do cofre dos pobres para a passagem não embarcassem imediatamente.

Isaac Pinto, autor do projecto, financeiro, economista e escritor, foi a der-

## BIBLIOGRAFIA

radeira figura de relêvo do judaísmo português. Faleceu em 1787. Depois disso interessa-nos pouco o livro: factos da vida interior da sinagoga, nomes dos rabinos, enumeração dos Parnases, notáveis que presidiam à congregação, nisso quasi só consiste.

Em uma das últimas páginas dá o autor notícia dos escassos restos da língua portuguesa, ainda conservados na liturgia, no ceremonial religioso e na vida corrente: *Snogueiro* (o que frequenta a sinagoga, antigamente esnoga); *irmandade*, *padrinhos*, *rogativas*, *cantares*, e algumas, não muitas, outras palavras. Nos cortejos fúnebres, os homens que conduzem o cadáver denominam-se *cargadores*, e *rodeamentos* as voltas rituais, em redor do féretro antes da inumação. *Boas festas*, *boa semana*, *boa hora*, *saúde perfeita*, e mais algumas frases e termos especiais entram como galantaria no falar comum. Mas no serviço religioso, a prece obrigatória pelos soberanos e pelo Estado, continua a recitar-se em português.

O livro é adornado de retratos e estampas, e em uma destas se podem ver os brasões de algumas famílias, que, descendendo sabe-se lá de que judeus da comuna, se apropriaram os emblemas heráldicos, pertencentes àqueles de quem haviam tomado na conversão os apelidos. Lá se nos depara o dos Pintos com os crescentes; dos Castros, com as arruelas, encimado pelo leão; e os dos Pimentéis, dos Teixeiras, todos, parece, descendentes das grandes casas da Península.

Em 1815 foram dadas patentes de nobreza na Holanda àquelas famílias de judeus portugueses que, por documentos heráldicos, lograram provar os tinham seus ascendentes no país de origem. Ainda que — diz Silva Rosa — o maior número dos que o podiam fazer não se importaram com tal. Seria curioso ver o que destas genealogias conta o *Jonker* Dr. Teixeira de Matos, de Amsterdam, em um seu estudo sobre as antigas famílias hispano-portuguesas estabelecidas em Holanda (*Bijdrage tot de geschiedenis betreffende oud spaansch-portugeesche geslachten in Nederland*). O livro não entrou no comércio, e desconfio que o autor terá moderado empenho de que êle seja conhecido em Portugal. Até aqui frustraram-se tôdas as minhas diligências, indirectas e directas, para obter um exemplar. Sòmente pude saber, de uma referência bibliográfica, que várias famílias de cristãos novos (da Holanda?) se achavam representadas na fidalguia portuguesa e na mais alta nobreza da Europa.

Em artigo seguinte me occuparei de outras obras referentes a judeus e a cristãos-novos.

J. LUCIO D'AZEVEDO.